

Fundação é investigada

Prevista para ontem, o exame das contas da Fundação Roberto Marinho pela CPI do Orçamento só começará na segunda-feira, às 9h. Entre as explicações que a Fundação deve dar, estão a prestação de contas de um convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 91, um recibo, em papel timbrado, de CR\$10 milhões, assinado por um representante da Fundação, e subvenções sociais. O deputado federal Paulo Ramos entregou ontem à tarde uma solicitação de documentos ao secretário-geral da Fundação, Joaquim Falcão.

“É uma oportunidade para comprovar a idoneidade ou não da Fundação”, disse Paulo Ramos. O prazo para o fim dos trabalhos se encerra amanhã, mas o deputado pedirá prorrogação. Ele acha que a investigação levará à quebra de sigilo bancário da Fundação.

Em nota divulgada à imprensa, a Fundação garante que nunca recebeu subvenção social do Governo Federal e que, desde 1991, “não desenvolve nenhum convênio com qualquer órgão da Administração Federal que envolva recursos da União”. A nota afirma que todas as contas da Fundação “têm sido aprovadas pela Curadoria de Fundações do Ministério Público”; e que nenhum dos convênios “teve origem a partir de proposta de parlamentares na Comissão de Orçamento”.